



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
4 de dezembro de 2016**

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **40 QUESTÕES OBJETIVAS**, sendo Conhecimentos Básicos - **8** de Língua Portuguesa, **4** de Informática e **8** de Administração Pública; **20** de Conhecimentos Específicos; e a **REDAÇÃO**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.
- 3 A prova de Redação valerá **10 pontos** e consistirá na elaboração de texto escrito com, **no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, trinta (30) linhas**, com letra legível, em que serão avaliadas: fidelidade ao tema, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta das normas gramaticais.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no **CARTÃO-RESPOSTA** e na **FOLHA DE REDAÇÃO**. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 6 A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e a transcrição do texto definitivo para a **FOLHA DE REDAÇÃO** devem ser feitas com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul** confeccionada em material transparente.
- 7 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta e a Folha de Redação somente serão substituídos caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão e na folha não corresponderem aos seus.
- 8 A **FOLHA DE REDAÇÃO** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter, dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 9 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** serão os únicos documentos considerados para a correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item **2** acima e assine a **LISTA DE PRESENÇA**. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Santarém/PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito **1 (uma) hora** além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os **30 minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **BOLETIM DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 40.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

A SOCIEDADE PÓS-MORALISTA

1 “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Uma
2 denúncia da decadência social, feita por um pensador contemporâneo – Gilles Lipovetsky.

3 Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos
4 preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação
5 mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade
6 intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam
7 eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é
8 mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos
9 direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa
10 que seja extrínseca a nós. As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não
11 propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem
12 obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de
13 gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.

14 Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico,
15 somando-se à já prolífera família lexical dos chamados “pós”. Entretanto, que denominação caberia a um
16 gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do “é preciso”, que difunde
17 muito mais as normas do bem-estar que as imposições supremas do ideal, que metamorfoseia a iniciativa
18 moral em entretenimento ou informação comercial? Como designar uma cultura de promoção dos direitos
19 subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre
20 apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente? Sociedade pós-moralista:
21 assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente,
22 consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade... É uma
23 sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento
24 integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela
25 qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-
26 moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a
27 si mesmo. Nenhuma aceitação do dever heroico, mas reconciliação entre coração e festa, entre a virtude e
28 o interesse, entre os imperativos do futuro e a qualidade de vida do presente. Longe de representar uma
29 oposição frontal à cultura individualista pós-moralista, o impacto ético constitui uma de suas mais típicas
30 manifestações... Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever
31 é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os
32 direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são
33 encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das
34 mídias.

(http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade_pos_moralista.pdf). Texto com adaptações.

Glossário:

Hiperbóreos: Segundo a mitologia grega, **hiperbóreos** são povos que habitam o extremo norte da Europa e da Ásia em um território inalcançável, onde não há doenças nem guerras, e levam uma vida perfeita sem a ajuda dos deuses, sendo visitados somente durante o inverno por Apolo.

Edulcorado: adoçado; abrandado; suavizado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

1 O texto “A Sociedade Pós-moralista” não afirma que a ética deixou de existir nas sociedades, mas sim que há o seu enfraquecimento. Essa ideia pode ser identificada em várias passagens do texto, com EXCEÇÃO da que se transcreve em

- (A) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (B) “As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo ‘sem fé nem lei’, mas segundo uma ética tênue e minimalista, ‘sem obrigações nem sanções’.” (10 a 12)
- (C) “Sociedade pós-moralista: assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade.” (20 a 22)
- (D) “É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética.” (22 a 24)
- (E) “Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social (...)” (30 a 31)

2 Considere o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista”. (3 a 6)

Com base nessa reflexão do texto, entende-se que uma sociedade que observa os preceitos superiores é, em síntese, aquela na qual

- (A) a vida política é verdadeiramente democrática, por permitir a igualdade de partilha dos bens sociais de acordo com as necessidades de cada um.
- (B) se combatem todas as manifestações contrárias ao respeito que se deve ao cidadão, independentemente de sua etnia, condição social, religião.
- (C) os princípios éticos/morais regem as instituições políticas, como instâncias que devem fazer valer a vontade e o interesse coletivo, bem como regem a conduta de cada sujeito social.
- (D) se instala uma democracia efetivamente participativa, em vista do direito que o cidadão tem à escolha de seus governantes e representantes.
- (E) há a renúncia dos cidadãos a aspirações de ordem pessoal, à felicidade individual em favor de uma vida menos materialista e mais religiosa.

3 Ainda sobre o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista” (3 a 6), é correto afirmar que o verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”) se refere

- (A) às sociedades em geral.
- (B) aos guardiães dos costumes morais.
- (C) aos idealizadores de um novo regime político.
- (D) aos pensadores que comungam com o autor a concepção de uma sociedade Pós-moralista.
- (E) ao autor e demais cidadãos participantes de uma sociedade distanciada de preceitos ético-morais.

4 Para mostrar figurativamente os traços da sociedade Pós-moralista, o autor utiliza a **linguagem conotativa** em

- (A) “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.” (1)
- (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (C) “O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.” (12 e 13)
- (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’.” (14 e 15)
- (E) “Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.” (24 a 27)

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 5 Das relações de ideias estabelecidas no texto, expressa-se uma **relação de causa e consequência** no trecho
- (A) “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação (...)” (3 e 4)
 - (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
 - (C) “E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.” (7 a 10)
 - (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a um gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’ (...)?” (14 a 16)
 - (E) “Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente?” (18 a 20)
- 6 Nas alternativas abaixo, apresentam-se paráfrases de partes do texto “A Sociedade Pós-moralista”. Identifique a que está de acordo com as regras de **concordância** e/ou **regência** da gramática da norma culta.
- (A) Tornou-se inútil, em nossas sociedades, todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. Ou seja, estamos diante do que se chama sociedade Pós-moralista.
 - (B) E porque a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que nos sejam extrínseca.
 - (C) As democracias (...) passaram a organizarem-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna propiciou à eclosão de sociedades pós-moralistas.
 - (D) Provavelmente haverão aqueles que poderão manifestarem perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a certas sociedades que, só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’.
 - (E) Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora sempre apareçam os princípios da ética, a referência aos imperativos de sacrifício nenhuma vez esteja presente?

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 7 A linguagem dos textos técnicos e comunicações oficiais deve apresentar um estilo caracterizado por qualidades como adequação, clareza, coesão, coerência, concisão, precisão, objetividade, polidez. Considere a redação do texto abaixo, um exemplar do gênero “Aviso”:

A Sua Excelência o Senhor
[Nome e cargo]

Local e data

Assunto: **Seminário sobre uso de energia no setor público**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência, com muita honra, pelo orgulho que é realizar um evento como este, a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional de Uso Eficiente de Energia no Setor, a ser realizado em 5 de novembro próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública, localizada no Setor de Indústrias, zona sul, nesta capital.

O Seminário, que primou pela excelência de organização, inclui-se nas atividades do *Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos*, instituído pelo Decreto nº XXX, de 20 de outubro de 1995.

Atenciosamente,

[nome e cargo do signatário]

Esse documento **Não atende** aos requisitos exigidos na comunicação oficial quanto à

- (A) concisão.
 - (B) polidez.
 - (C) coerência.
 - (D) correção gramatical.
 - (E) adequação de tratamento.
- 8 Em textos da comunicação oficial não cabem construções de sentido ambíguo. Esse preceito **Não** foi observado na redação do seguinte trecho de documento:
- (A) Senhor Ministro,
Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de seu projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste. (Ofício)
 - (B) Senhor Deputado,
Informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa). (Ofício)
 - (C) Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Comunico a Vossa Excelência o recebimento das Mensagens SM nº 106 a 110, de 1991, nas quais se informa a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 93 a 97, de 1991, relativos à exploração de serviços de radiodifusão. (Mensagem)
 - (D) Sr. Governador,
Cumprir-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que as detenções dos estrangeiros expulsos, ou com processo de expulsão, não devem ultrapassar o prazo de noventa dias, a contar da data em que foi autorizada a detenção. (Ofício)
 - (E) Ao Senhor (nome e/ou cargo)
Assunto: Aquisição de Equipamentos de Informática
Nos termos do plano de estratégia estabelecido na reunião mensal de julho deste ano, solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para aquisição dos novos equipamentos de informática para o departamento de Recursos Humanos. (Memorando)

INFORMÁTICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

9 Considere as seguintes afirmativas.

- I Em computação, o termo *phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações confidenciais de pessoas ou empresas através de mensagens falsas.
- II O *worm* é um código malicioso capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores.
- III Os *firewalls* podem se apresentar sob duas formas: *software* e *hardware*. A primeira são programas que o usuário instala na máquina para realizar o controle das conexões, tanto as que entram, como as que saem. Já sob a forma de *hardware*, são equipamentos específicos que reforçam a segurança de uma rede.
- IV Um *cookie* é um pacote de dados enviados de um *website* para o navegador do usuário quando o usuário visita o *site*. Cada vez que o usuário visita o *site* novamente, o navegador envia o *cookie* de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10 São exemplos de protocolos padrão da Internet para recebimento e envio de e-mails

- (A) SMTP e HTTP.
- (B) IMAP e DNS.
- (C) ARP e NAT.
- (D) POP e SMTP.
- (E) POP e SMAIL.

11 Considere a planilha produzida no Microsoft Office Excel 2013 (configuração padrão).

	A	B	C
1	Valor da propriedade	Comissão	Total
2	100	7	
3	200	14	
4	300	21	
5	400	28	

Acerca da tabela acima, analise as afirmativas a seguir.

- I Se na célula C2 for inserida a fórmula =SOMASE(A2:A5;">150";B2:B5), o resultado será 63.
- II Se na célula C3 for inserida a fórmula =SE(A2>A3;B2;B3), o resultado será 7.
- III Se na célula C4 for inserida a fórmula =SOMA(A4:B5), o resultado será 749.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 12 Com relação aos procedimentos de *backup* é **incorreto** afirmar que
- (A) para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.
 - (B) durante o processo de *backup* deve-se determinar o nível de proteção a ser dado à determinada informação. Essa avaliação poderá então ser usada para determinar se um controle criptográfico é apropriado e qual tipo deve ser aplicado.
 - (C) dentre os principais itens a serem considerados em uma política para realização de *backup* está a execução de testes nas mídias que armazenam os *backups* para assegurar que os mantidos em ambiente interno e/ou externo estejam seguros e em perfeito estado para serem utilizados.
 - (D) volatilidade da informação é o período de tempo no qual a informação permanece atual e utilizada. Por exemplo, para os dados que não sofrerem alteração pelo período de trinta dias, somente será necessária a realização de um novo *backup* no trigésimo primeiro dia, conseqüentemente, sua retenção programada poderá ser para trinta dias.
 - (E) além dos *backups* realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de *sites* de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos *backups* considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 13 O decreto nº 5.378/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, define no Artigo 5º que a participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão ou convocação.
 - (B) negociação ou acordo.
 - (C) habilidade de ouvir.
 - (D) reunião de reforço.
 - (E) avaliação de papéis.
- 14 Ainda com relação ao decreto nº 5.378/2005, no Artigo 3º, inciso III, consta que o Programa GESPÚBLICA deverá orientar e capacitar os órgãos e entidades da administração pública para a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de
- (A) determinação de padrões de qualidade.
 - (B) análise dos custos internos.
 - (C) melhoria da gestão.
 - (D) simplificação de rotinas.
 - (E) determinação de normas.
- 15 O Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, define alguns conceitos como os citados no Artigo 3º, inciso IX, entre os quais o do processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional denominado
- (A) matriz de alocação de cargos.
 - (B) alocação de cargos.
 - (C) equipe de trabalho.
 - (D) avaliação de desempenho.
 - (E) processo de trabalho.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 16 A lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no parágrafo 1º, Artigo XXIV, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter: I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o III que se denomina
- (A) Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada.
 - (B) Programa de Proposta Integradora dos Níveis Hierárquicos.
 - (C) Desenvolvimento de um Plano Institucional Estratégico.
 - (D) Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (E) Programa de Definição de Fatores Críticos de Sucesso.
- 17 A Lei nº 11.091/2005 apresenta, em seu Capítulo II, Artigo 3º, inciso VII, como princípios e diretrizes, o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais. Essa vinculação é fundamental, pois as instituições precisam oferecer programas de capacitação e desenvolvimento que estejam diretamente relacionados aos propósitos organizacionais, atendendo ao desenvolvimento das competências de seus colaboradores de forma sustentável e contínua, como também à
- (A) melhoria dos processos de trabalho.
 - (B) formação da estrutura organizacional.
 - (C) especialização do pessoal de linha.
 - (D) dinamização das delegações de chefia.
 - (E) valorização das chefias estratégicas.
- 18 A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, estabelece, em seu Artigo 2º, que A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e
- (A) centralidade.
 - (B) flexibilidade.
 - (C) vulnerabilidade.
 - (D) aplicabilidade.
 - (E) anualidade.
- 19 Um processo de aprendizagem nunca está acabado, daí a necessidade de as instituições promoverem a formação continuada dos servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos aos já existentes, em função das mudanças no próprio conhecimento, nas tecnologias e no mundo do trabalho. O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, estabelece orientações, com aprofundamento e avanço na formação dos servidores, quando define em suas Diretrizes, Artigo 3º, inciso V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional. Esse aprimoramento retorna ao próprio servidor e à instituição na qual ele trabalha, sob a forma de satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e
- (A) otimização dos serviços.
 - (B) mudanças no cronograma dos projetos.
 - (C) burocracia dos serviços.
 - (D) manutenção das rotinas de trabalho.
 - (E) negociações adiadas.
- 20 A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera, no parágrafo 2º do Artigo 1º, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica como sendo um (uma)
- (A) grupo.
 - (B) entidade.
 - (C) assessoria.
 - (D) autoridade.
 - (E) órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 O atual Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, constitui um dos temas mais atuais da educação. No que se refere ao funcionamento da educação superior, uma das metas do referido Plano é
- (A) estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a flexibilidade curricular nos cursos oferecidos pelas instituições de educação superior federais.
 - (B) assegurar, parcialmente, a autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira das instituições de educação superior.
 - (C) institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que verifique a qualidade do ensino, da pesquisa e da gestão acadêmica, exclusivamente das IES (Instituições de Educação Superior) públicas.
 - (D) estimular a ampliação da oferta da pós-graduação e da pesquisa, dobrando anualmente o número de pesquisadores qualificados.
 - (E) elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta.
- 22 Na estrutura e funcionamento da educação superior, a autonomia universitária, conforme previsão constitucional, deve ser exercida nas dimensões
- (A) financeira, didático-científica e política.
 - (B) financeira, patrimonial e curricular.
 - (C) administrativa, didático-científica e curricular.
 - (D) didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
 - (E) institucional, financeira e patrimonial.
- 23 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, constitui-se como um princípio da Educação Nacional o(a)
- (A) proselitismo educacional.
 - (B) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
 - (C) oferta de vagas exclusivas para instituições públicas de ensino.
 - (D) valorização exclusiva das experiências intraescolares.
 - (E) progressiva obrigatoriedade e gratuidade da educação superior.
- 24 A legislação educacional brasileira, a partir da década de 1990, em especial a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), apresenta o conceito de educação como um direito, que pode ser compreendido como
- (A) civil, quando garante a plena permanência dos sujeitos no processo escolar.
 - (B) político, pois permite a ampla participação do sujeito nos processos sociais.
 - (C) público subjetivo, pois afirma o sujeito como cidadão pleno de direitos individuais e coletivos.
 - (D) natural, pois ao nascer o sujeito já o tem garantido.
 - (E) institucional, pois o sujeito tem o direito ao ingresso às instituições sociais.
- 25 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, conceitua a educação como
- (A) formação necessária para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, para a preparação para o mercado de trabalho e para uma cidadania ativa.
 - (B) desenvolvimento de habilidades humanas com fins de sua preparação para a participação na sociedade do conhecimento.
 - (C) preparo do indivíduo no domínio dos recursos científicos e tecnológicos que permitam a ocupação de um lugar no mercado de trabalho.
 - (D) processo formativo que se desenvolve na vida em família, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, na participação na sociedade civil e nas manifestações culturais.
 - (E) processo formativo que permita ao indivíduo a compreensão de seus direitos e deveres, seu lugar na sociedade, sua habilitação profissional e cidadã.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 26 A gestão e a coordenação de processos educacionais desenvolvidos pelos profissionais da pedagogia ou técnicos em assuntos educacionais devem ter como base para a sua ação
- (A) promover todas as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula.
 - (B) promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e executar o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos da aprendizagem e do projeto educacional da instituição.
 - (C) garantir a realização plena da aprendizagem dos alunos, direcionando os docentes e discentes para a realização de atividades educacionais baseadas nos acúmulos científicos e tecnológicos.
 - (D) estimular a ação pedagógica com base no alcance das metas educacionais estabelecidas pelos indicadores de produtividade da unidade escolar.
 - (E) efetivar ações estratégicas para o alcance dos objetivos escolares, em conformidade com as determinações dos organismos internacionais de financiamento da educação.
- 27 O Projeto Político-Pedagógico como instrumento de planejamento da gestão é importante por
- (A) oferecer um alto grau de certeza e objetividade às ações, prescindindo de processo de avaliação contínua.
 - (B) ser um plano que prevê as necessidades do processo educativo escolar, afastando todas as possibilidades de ações emergenciais.
 - (C) constituir um processo de racionalização técnico-burocrática dos meios e dos recursos materiais e humanos da escola.
 - (D) requerer um diagnóstico real, a partir do qual se estabelecem metas, estratégias, ações, com prazos e equipes envolvidas, para o alcance dos objetivos que se quer atingir.
 - (E) contribuir administrativamente com o exercício de uma gestão centrada no alcance de objetivos de aprendizagem e nas metas de melhoria dos indicadores educacionais.
- 28 Sobre a gestão e coordenação de processos educacionais, analise as afirmativas seguintes.
- I As ações de gestão devem estar centralizadas nas dimensões administrativa e financeira da escola, de modo a instrumentalizar as ações e decisões.
 - II A gestão é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, em articulação com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico.
 - III A gestão escolar deve ser compromissada com os princípios da democracia, da participação e do compartilhamento das decisões.
 - IV A gestão atualmente é um processo de tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados, com acompanhamento e avaliação dos encaminhamentos dados.
 - V A gestão escolar deve estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, de modo a atingir os objetivos da escola.
- Estão corretas as afirmativas
- (A) I, II, III e IV, somente.
 - (B) I, III, IV e V, somente.
 - (C) II, III, IV e V, somente.
 - (D) I, II, III e V, somente.
 - (E) I, II, IV e V, somente.
- 29 Conforme consolidado pelas Instituições de Educação Superior, Extensão Universitária é o(a)
- (A) atividade extracurricular que promove uma formação acadêmica direcionada aos interesses do(a) aluno(a).
 - (B) atividade comunitária realizada exclusivamente pelo discente durante o curso de graduação que oportuniza a socialização dos seus conhecimentos e pesquisas.
 - (C) processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
 - (D) movimento de troca de saberes entre os cursos de graduação e pós-graduação que permite a formação interdisciplinar do discente.
 - (E) atividade extracurricular que articula as fases de formação acadêmica por meio de encontros, congressos e outros eventos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 30 Nos processos de avaliação do ensino que valorizam a participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos, destaca-se como premissa que o(a)
- (A) processo de avaliação deverá ser contínuo, respeitando tempos e percursos de aprendizagem, valorizando os movimentos e as descobertas dos alunos e iniciativas inovadoras dos professores.
 - (B) professor seguirá a programação dos conteúdos, promovendo atividades que podem fixar e acelerar o processo de aquisição de conhecimentos.
 - (C) processo de avaliação deverá ser flexível para que possa mover-se diante de novos conteúdos a serem tratados, cuidando para respeitar o calendário de provas estabelecido, especialmente os processos dos exames nacionais.
 - (D) processo de aprendizagem do aluno será acompanhado cotidianamente pelo professor, para que este possa seguir a programação e o planejamento feito antes do início das aulas.
 - (E) proposta de uma avaliação participativa exige uma nova concepção de educação e uma base metodológica que flexibilize os tempos do aprender, mas diminua os grupos heterogêneos em sala de aula.

- 31 Quanto às perspectivas/diretrizes do currículo estabelecidas pelas Teorias Críticas, analise as afirmativas seguintes.

- I Ter como critério na organização do fluxo curricular a produção de um tempo escolar acolhedor e flexível que se aproxime cada vez mais da dimensão complexa das temporalidades humanas.
- II Valorizar a importância do conhecimento escolar, tendo como foco prioritário os acúmulos históricos e científicos que caracterizam os conteúdos escolares.
- III Reconhecer que a não valorização dos saberes e das práticas sociais dos(as) educandos(as) no currículo tem resultado no desperdício da experiência social destes e seu distanciamento da escola.
- IV Valorizar o convívio com a diferença (e com os diferentes) e construir relações que se pautem no respeito, na igualdade social, na igualdade de oportunidades e no exercício de uma prática e postura democráticas.
- V Resgatar as lutas históricas dos movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros) que reivindicam um reconhecimento de sua história e sua diferença.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV, somente.
- (B) II, III, IV e V, somente.
- (C) I, II, IV e V, somente.
- (D) I, III, IV e V, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

- 32 Quanto às ações da formação cidadã dos sujeitos na escola, a partir da lógica da educação em direitos humanos, analise as afirmativas seguintes.

- I Promover a apreensão de conhecimentos teóricos sobre direitos humanos em nível internacional.
- II Afirmar valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e promova uma cidadania ativa.
- III Desenvolver processos metodológicos participativos e de construção coletiva, com linguagens e materiais didáticos contextualizados.
- IV Fortalecer práticas individuais e coletivas que gerem ações em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.
- V Promover a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente no âmbito cognitivo, ético, e político.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV, somente.
- (B) I, III, IV e V, somente.
- (C) II, III, IV e V, somente.
- (D) I, II, III, e V, somente.
- (E) I, II, IV e V, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 33 Quanto às diretrizes do planejamento em uma perspectiva democrática, analise as afirmativas seguintes.
- I Considerar, nos processos de tomada de decisão, a participação efetiva dos diferentes segmentos envolvidos com a unidade educativa.
 - II Ser transparente e ser considerado como memória e referência do processo educativo.
 - III Efetivar-se a partir dos aspectos básicos sintetizados em: Marco georreferencial, Diretrizes, Objetivos e Metas.
 - IV Buscar uma visão focada apenas nas ações administrativas da organização.
 - V Proporcionar entendimento sobre as possibilidades e os limites do trabalho coletivo e de cada pessoa no estabelecimento de ensino.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e V, somente.
 - (B) III, IV e V, somente.
 - (C) I, II e III, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) II, III e V, somente.
- 34 A avaliação institucional para educação superior constitui uma dimensão organizacional que, ao ser realizada, deve levar à compreensão de diversos elementos, dentre os quais
- (A) constituir uma ação sistemática e global, que se realize para fortalecer as avaliações pontuais e corriqueiras da vida acadêmica.
 - (B) estabelecer uma postura de conhecimento para cimentar as relações apenas de cunho interno e assim consolidar a integração específica com a direção das instituições.
 - (C) edificar uma postura política e ética para que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e tenham confiança na articulação intersubjetiva do processo.
 - (D) assumir um modelo padrão e único para ser referência a diferentes formas institucionais dos estabelecimentos de educação superior.
 - (E) se constituir em valor de mercado e verticalizado, como componente essencial das instituições de educação superior.
- 35 Numa perspectiva dialógica, a atuação da coordenação pedagógica de um estabelecimento de ensino deve ter como princípio básico
- (A) realizar ações de mobilização para reforçar e consolidar o trabalho da direção da unidade educativa como instância única e primordial de tomada de decisão.
 - (B) promover estratégias formativas que auxiliem no aprofundamento de atuações específicas e individuais das pessoas.
 - (C) direcionar todas as ações exclusivamente aos docentes como único segmento responsável pelo processo de aprendizagem nas unidades educativas.
 - (D) desenvolver atividades restritas aos discentes, na procura de consolidar um processo de formação sintonizado com os desafios locais.
 - (E) fomentar a consolidação de estratégias de planejamento coletivo em busca de melhorar a organização e o trabalho pedagógico na instituição.
- 36 As diferentes formas de disponibilização e uso das tecnologias de informação e comunicação no âmbito educacional, se adequadamente utilizadas,
- (A) criam possibilidades de um trabalho que vise, prioritariamente, elaborar estratégias de jogos e diversão nos espaços educativos.
 - (B) potencializam a disseminação de posições individuais que se revelam como verdadeiras.
 - (C) geram aspectos positivos, pois o mérito cognitivo e a reprodução de conhecimentos ganham relevância.
 - (D) provocam transformações nas formas de organização do tempo e do espaço, nas formas de comunicação e nas relações internas e externas das unidades educativas.
 - (E) afirmam os conteúdos disciplinares, voltados para si mesmos, como fundamentais e necessários na atualidade.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 37 Em relação ao processo formativo que se realiza no nível dos cursos de graduação, é pertinente constatar que
- (A) os cursos de graduação envolvem exclusivamente os processos formativos de ensino, secundarizando-se a pesquisa e a extensão.
 - (B) deve ser planejado para envolver o ensino e a pesquisa como fundamentos de formação, não necessitando considerar a extensão.
 - (C) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental e básica para uma formação de qualidade socialmente referenciada.
 - (D) se deve trabalhar a relação entre ensino e extensão como pressuposto da relação entre teoria e prática, prescindindo da pesquisa por seu alto custo para as instituições.
 - (E) em uma perspectiva mais avançada é possível uma associação inovadora entre pesquisa e extensão, com deslocamento total do ensino.
- 38 Na avaliação institucional, a presença de egressos é importante porque
- (A) informa sobre as contribuições das instituições de educação superior na vida pessoal e profissional dos(das) ex-alunos(as), além de apresentar sugestões para a dinâmica curricular e formativa.
 - (B) apresenta possibilidades de contribuição que não provocarão quaisquer interferências internas na gestão dos cursos.
 - (C) sistematiza um marco comparativo para as instituições como recurso estatístico entre saída e ingresso.
 - (D) promove a efetiva relação entre os egressos e as instituições que ofertam os postos de trabalho.
 - (E) fortalece a relação entre docentes/discentes que são formados pela educação superior.
- 39 Em relação ao Plano de Aula, é correto afirmar que
- (A) é uma atribuição exclusiva do docente, sem qualquer interferência externa, para garantia de sua confidencialidade e sigilo.
 - (B) seus aspectos essenciais são: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação.
 - (C) é um importante incentivo à improvisação e à dispersão.
 - (D) é um instrumento padronizado e rígido para garantir a orientação a ser seguida em sala de aula.
 - (E) seleciona os conteúdos em função das finalidades a serem alcançadas, a partir de um modelo de discente estudioso e esforçado.
- 40 A valorização dos profissionais da educação constitui tema atual do debate educacional contemporâneo, discutido a partir de quatro eixos fundamentais, quais sejam:
- (A) Formação Inicial e Continuada; Condições de Trabalho; Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e Mobilidade Docente.
 - (B) Condições de Trabalho; Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; Mobilidade Docente; e Financiamento de Projetos de Ensino e de Pesquisa.
 - (C) Formação Inicial e Continuada; Condições de Trabalho; Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e Salário Digno.
 - (D) Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; Salário Digno; Condições de Trabalho; e uma Política Nacional de Avaliação.
 - (E) Formação inicial; Salário adequado; Condições de trabalho; e Plano de Cargos e Remuneração.

REDAÇÃO

Texto complementar

DIFERENÇA ENTRE MORAL E ÉTICA

Moral – A Moral se refere às normas e leis que regem uma sociedade. Ela muda de local para local, de época para época e de cultura para cultura, de forma que se casar com mais de uma mulher no Brasil vai contra a legislação, logo vai contra as normas e leis da sociedade brasileira, sendo, assim, imoral. Mas em países árabes, por exemplo, a poligamia é permitida e exercida, lá isso é algo moral. Na sociedade urbana é imoral andar nu, é um atentado ao pudor, previsto por lei, mas numa sociedade de índios (principalmente se estes não tiveram contato com o homem urbano, o que já é muito difícil hoje em dia) é algo natural, é moral.

Ética – A Ética se refere ao meu comportamento em relação com o outro, se o que eu faço é bom tanto para mim quanto para o outro estou sendo ético. Um exemplo prático do dia a dia onde a maioria se comporta de maneira antiética: Se você encontra uma carteira na rua, vê que ela tem identificações e até endereço do dono, por ética deveria ir até o endereço e devolver a carteira, certo? Mas fazemos mesmo isso? A maioria das pessoas ficaria com a carteira mesmo assim, e ainda se livraria dos documentos e de qualquer coisa que provasse que a carteira não era sua. Isso é uma postura antiética.

Agora você vê a diferença? Ética e Moral andam muito juntas (ou deveriam andar), mas uma coisa pode ser ética, mas não moral, e vice-versa. As legislações tentam, mesmo que não conseguindo sempre, normatizar conceitos éticos. Estes estão firmados no caráter humano, de forma que o homem sabe o que é ético, mesmo optando por não realizá-lo.

(<https://rafaeldecastrorig.wordpress.com/2010/08/12/etica-e-moral-voce-sabe-a-diferenca/>)

O quadro político-social brasileiro mostra consequências do enfraquecimento dos princípios de conduta ética/moral na vida política (corrupção, escândalos políticos, subjugação dos interesses coletivos pelos individuais) que se refletem, naturalmente, na vida da sociedade (violência, criminalidade, exclusão social). Diante desse estado de coisas, os cidadãos têm sido levados a concluir que “sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar...”.

Considerando as ideias do texto “As sociedades Pós-moralistas”, poderíamos pensar que o Brasil vai se tornando uma sociedade desse tipo e, então, nos perguntarmos: O que está na origem desse processo de debilitação do País? Qual seria um caminho possível (ou caminhos possíveis) para construir uma nação marcada pela consciência ética e retidão moral?

Escreva um texto, em prosa, em que você responda a esses questionamentos, atendendo aos critérios de coesão, coerência, consistência argumentativa, adequação da escrita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Tema:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	